

MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BAHIA  
PODER EXECUTIVO

LEI Nº 521/2021

“INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS E RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS 2021) DO MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA – ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Parcelamento de Débitos e Recuperação Fiscal (REFIS 2021), destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários, ocorridos até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta lei, entende-se por créditos tributários e não tributários os valores inscritos ou não em dívida ativa, em fase de cobrança administrativa ou judicial, a respeito dos quais não haja qualquer pendência de defesa administrativa ou de recurso judicial, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

**Art. 3º**- O ingresso no REFIS 2021 possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, na forma definida na tabela abaixo:

PERCENTUAL DE DESCONTO			
FORMA DE PAGAMENTO	JUROS	MULTA DE MORA	VALOR DA DÍVIDA
À Vista	100%	100%	-
Em até 03 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 300,00
Em até 06 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 1.000,00
Em até 12 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 5.000,00
Em até 18 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 10.000,00
Em até 21 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 25.000,00



MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BAHIA  
PODER EXECUTIVO

Em até 24 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 50.000,00
Em até 48 parcelas	100%	100%	A partir de R\$ 100.000,00

§ 1º - Se parcelado, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 100,00 (cem reais) para Pessoa Física e R\$ 300,00 (trezentos reais) para Pessoa Jurídica;

§ 2º - Os contribuintes com débitos tributários já parcelados, em negociações anteriores, poderão aderir ao REFIS 2021, deduzindo-se do número máximo fixado no *caput* deste artigo, o número de parcelas vencidas até a data de adesão.

§ 3º - Tratando-se de débitos tributários inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais, se for o caso, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§ 4º - O contribuinte que optar pelo pagamento do total do débito, sem parcelamentos, terá como vencimento até o último dia útil do mês em que tenha sido realizado o ato da adesão ao REFIS 2021.

§ 5º - Para os Contribuintes optantes por qualquer modalidade de parcelamento, a primeira parcela terá como vencimento até o último dia útil do mês de adesão ao Programa. As parcelas subsequentes deverão ser pagas mensalmente conforme a data escolhida para o primeiro pagamento do REFIS 2021.

§ 6º - A opção pelo REFIS 2021 importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

**Art. 4º** - A adesão ao REFIS 2021 implica:

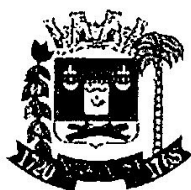
I – na confissão irrevogável e irretratável dos débitos e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil Brasileiro;

II – na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III – na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V – no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente e futuros;



MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BAHIA  
PODER EXECUTIVO

VI – no pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

**Art. 5º-** O requerimento de adesão deverá ser apresentado:

I – através de formulário próprio;

II – distinto para cada tributo, com discriminação dos respectivos valores e números das ações executivas, quando existentes;

III – assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais; e,

§1º - instruído com:

a) comprovante de pagamento das custas judiciais e honorários, no caso de execução fiscal, se for o caso;

b) cópia do Contrato Social ou Estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;

c) instrumento de mandato.

§2º - O Contribuinte que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição paravaler-se das prerrogativas desta Lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito no ato da adesão do parcelamento do REFIS 2021.

**Art. 6º -** Constitui causa para **cancelamento e exclusão** do contribuinte do REFIS 2021, com a conseqüente revogação do parcelamento:

I – o atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou quatro parcelas alternadas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;

II – o descumprimento dos termos da presente Lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;

III – a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;

IV – a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecer estabelecida no Município e assumir a responsabilidade solidária ou não do REFIS 2021;

V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante;

VI – Propositura de qualquer medida judicial ou extrajudicial relativa aos débitos objeto do REFIS 2021;



MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BAHIA  
PODER EXECUTIVO

VII – infração de qualquer das normas estabelecidas nesta Lei.

**Parágrafo único** - A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do REFIS 2021 Municipal implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

**Art. 7º** - O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

**Art. 8º** - Os débitos fiscais consolidados pelo REFIS 2021 serão recolhidos ao tesouro municipal através de DAM para cobrança, emitido pelo Núcleo de Tributação Municipal, após a assinatura do Termos de Adesão ao Programa REFIS 2021.

**Art. 9º** - O prazo para adesão ao REFIS 2021 municipal encerra-se em **29 de outubro de 2021**, podendo ser prorrogado por ato do Executivo.

**Art. 10** – Fica autorizado o Executivo Municipal, após esgotadas as possibilidades de cobrança amigável administrativa, mediante Comissão Específica e após Parecer da Procuradoria Municipal, a proceder ao cancelamento dos débitos tributários e não tributários para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não em Dívida Ativa, que estiverem prescritos na forma da legislação.

**§1º** - O cancelamento dos débitos na repartição competente da Fazenda Municipal, alcançarão aqueles em cobrança administrativa, e judicial prescritos quando da distribuição da ação de execução fiscal.

**§2º** - Fica também devidamente autorizado a Divisão de Contabilidade e Finanças, por suas unidades administrativas, a promoverem as baixas necessárias nos respectivos registros.

**§ 3º** - Ficam remetidos todos créditos tributários cujo valor consolidado da cobrança, por contribuinte, seja igual ou inferior a R\$ 100,00(cem reais), na data da publicação dessa lei.

**Art. 11** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Viçosa, Estado da Bahia, aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e um.

  
LUCIANA SOUSA MACHADO RODRIGUES  
Prefeita Municipal